



TERRITORIALIDADES E MEMÓRIAS EM DISPUTA: TOPONÍMIAS E IRMANDADES NEGRAS NA PEQUENA ÁFRICA CARIOCA

Ana Luiza Fernandes da Silva

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) | analuizafsilva1@gmail.com

Helissan Cavalcante Vieira

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) | helissan.helissan@gmail.com

Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar, de forma interdisciplinar, as relações entre memória, raça e cidade no Rio de Janeiro, a partir do estudo de caso das irmandades negras e das toponímias que remetem à História e Cultura afro-brasileira situadas na região da Pequena África, em diferentes momentos históricos. A pesquisa busca observar dinâmicas espaço-temporais que inscrevem a presença negra nesse território, contribuindo para a compreensão das leituras racializadas nos campos do planejamento urbano, urbanismo e história urbana. Além disso, busca promover novas perspectivas para o estudo da Pequena África diante do quadro de transformações urbanísticas locais, bem como do processo de branqueamento e apagamento de territorialidades negras.

Palavras-chave: Pequena África; territorialidades; memória; branqueamento.

TERRITORIALITIES AND MEMORIES IN DISPUTE: TOPONYMS AND BLACK RELIGIOUS BROTHERHOODS IN RIO'S LITTLE AFRICA

Abstract: *The aim of this article is to analyze, in an interdisciplinary way, the relationship between memory, race and the city in Rio de Janeiro, based on a case study of black religious brotherhoods and toponyms that refer to Afro-Brazilian history and culture located in the region of Little Africa, at different historical moments. The research seeks to observe space-time dynamics that inscribe the black presence in this territory, contributing to the understanding of racialized readings in the fields of urban planning, urbanism and urban history. It also seeks to promote new perspectives for the study of Little Africa within the framework of local urban transformations, as well as the process of whitening and erasing black territorialities.*

Keywords: *Little Africa; territorialities; memory; whitening.*

TERRITORIALIDADES Y MEMORIAS EN DISPUTA: TOPONIMIAS Y HERMANDADES NEGRAS EN LA PEQUEÑA ÁFRICA DE RÍO

Resumen: *Máx. 1000 caracteres excluindo espaços. Utilize o estilo "XXI ENANPUR - RESUMOS ESTRANGEIROS" (fonte Titillium Web 9pt, justificado, itálico, espaçamento entre linhas simples e espaçamento após parágrafos de 12pt). Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proident, sunt in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proident, sunt in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum.*

Palabras clave: *Pequeña África; territorialidades; memoria; blanqueamiento*

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro experienciou diferentes transformações urbanas, econômicas, administrativas que perpassaram períodos coloniais/imperiais baseados no mercado escravista mundial. A paisagem urbana da cidade foi moldada pelo fluxo de mercadoria constante de pessoas e pelo desenvolvimento de atividades portuárias. Estudos historiográficos apontam que as populações escravizadas, aquelas que embora submetidas à violência e ao controle, desenvolveram formas de resistência e estratégias de libertação. As marcas da escravidão compunham cenário urbano carioca, que serviu como corte e, posteriormente, como capital do Império. Esse legado continuou presente mesmo após a abolição, mas o desejo de modernização da cidade atravessou diferentes momentos históricos, ganhando força especialmente no final do século XIX, com a transição para o regime republicano. Aqui foi onde surgiu o anseio por uma identidade nacional que lograsse apagar o passado colonial, cuja representação de “atraso” ao espaço urbano, buscava apagar a presença da população negra recém-liberta, implementando ideais europeizados que se alinhavam aos projetos modernizantes de progresso, desenvolvimento urbano e avanço tecnológico.

Diante disso, diversas políticas de embelezamento buscaram adequar a cidade aos ideais de progresso, que tinham como pano de fundo o branqueamento, quadro urbano que marcou o Brasil nas primeiras décadas do século XX. No anseio de criar uma cidade que refletisse a nova identidade nacional modernizada, essas transformações urbanas incluíram a remoção de habitações populares de contingente majoritariamente ocupado pela população negra. Aqui iremos destacar as intervenções urbanas que tiveram como principal foco a região central do Rio de Janeiro, que até 1960 era a capital federal. O geógrafo Maurício de Abreu contribui de maneira significativa para tal compreensão, analisando as políticas de urbanização como um instrumento de controle social e racial na cidade. Abreu destaca, em especial, as intervenções promovidas durante as gestões de Francisco Pereira Passos e Getúlio Vargas, que resultaram em profundos rearranjos tanto na estrutura urbana como na paisagem social do Rio (ABREU. 1988)

Nesse bojo, a Pequena África, porção central que compreende os bairros da Zona Portuária (Saúde, Gamboa, Santo Cristo), junto à Cidade Nova (Praça Onze), Estácio, Morro da Providência, região do Campo de Santana e adjacências, bem como outras partes do Centro da Cidade, território onde populações negras e ex-escravizadas passaram a se estabelecer após a abolição, marcando uma forte presença física e cultural à época. A região foi se conformando como um importante reduto da cultura negra, caracterizado pela criação de espaços de resistência político-trabalhista, cultural, religiosa, dentre outros aspectos. As práticas urbanas e redes de sociabilidades surgidas nesses bairros desde o século XIX, casas e lideranças de religiões de matriz africana, as casas de zungu (alimento à base de angu), o samba, a capoeira e também movimentações políticas destes grupos, como revoltas. Essa ambiência contribuiu para a formação de uma identidade coletiva afro-brasileira, que persiste até os dias atuais como símbolo de resistência e r-existência no espaço urbano. A Pequena África segundo o geógrafo Renato Emerson dos Santos é palco de "disputas de lugar", onde a população negra reafirma sua presença através de repertórios identitários que resistem à formas de apagamento material e simbólico, dadas as sucessivas transformações urbanísticas impostas ao território, em diálogo com políticas de branqueamento em diversas vertentes (SANTOS. 2017).

Os estudos relacionados à história urbana bem como da formação social no Brasil têm por sua formação a inviabilização das contribuições da população negra pelas matrizes hegemônicas e eugênicas. Augustin Laó-Montes aponta que nos estudos urbanos, a modernidade é sinônimo de branquitude, ao passo que lugares e classes populares vinculados à forma social negra são lidos como perigosos. No entanto, seria necessário escurecer logradouros para compreender as cidades de fato e contextualizar as conjunturas urbanas do mundo afro como conquistas históricas, política, cultura e entre outros (LAÓ-MONTES, 2019. p.1).

Outra produção intelectual de relevância está presente na contribuição de Peter Kent-Stoll, com a abordagem do dado racial presente nos quadros de gentrificação, fenômeno pensado pelo sociólogo como um deslocamento político e cultural de negação da ideia de pertencimento à determinados grupos (KENT-STOLL.2020) Assim, torna-se importante uma leitura de processos segregantes no espaço demonstrados pela gentrificação racialmente orientada. Em consonância, o geógrafo Renato Emerson dos Santos discute o conceito de branqueamento em suas vertentes urbanas, olhando para a segregação socioespacial racializada.

Nessa mesma linha, Santos denota que no campo da compreensão espacial das relações sociais há também historicamente a priorização dos estudos pelo viés do Estado e as grandes corporações, sendo necessário partir da experiência espacial dos sujeitos e grupos sociais. Santos propõe a categoria “repertórios espaciais de ação”, como ferramenta para uma geografia da ação com foco nos sujeitos, principalmente aqueles subalternizados (SANTOS, 2019. p.13), item que será abordado ao longo deste trabalho, onde:

[...] mais do que apenas mobilizar sentidos e cargas simbólicas dos lugares como ferramenta para suas lutas, há movimentos que vão buscar construir e impor novos sentidos aos lugares, atribuir novas cargas e conteúdos na busca de disputar consciências das pessoas que por eles passam ou neles vivem. [...] A grafagem em pontos do espaço, que se transformam em referenciais de releitura da história mobilizada por estes conteúdos atribuídos ao passado dos lugares, ressignifica a relação entre indivíduos e sua ancestralidade, provocando câmbios de identidade e pertencimento. É a disputa de lugares como ferramenta de luta social (SANTOS, 2019. p.13)

Com o exposto, nos interessa abordar, a partir do suporte territorial identitário da Pequena África, em que medida o estudo de caso da Irmandades Negras e de Toponímias pode contribuir para um olhar racializado a respeito das políticas de memória acionadas pelos grupos sociais locais, que reivindicam o território negro frente às políticas de embranquecimento representadas pelas intervenções urbanísticas engendradas.

Para tal, a estrutura do artigo se divide em duas partes principais: (i) a primeira discute a construção da memória para o sentimento de pertencimento e identidade de grupos, enquanto elemento de coesão dialógica no tempo, bem como sua relação com a história e seu caráter político; parte do contexto da luta histórica por visibilidade assumida pela população negra; (ii) A segunda, se debruça sobre a espacialidade da Pequena África e interpreta a inscrição dos objetos de memória negra neste debate, incorporando a dimensão da disputa; reflete a perspectiva do esquecimento, e de quais modos este aspecto está relacionado à formas de apagamento, que no caso da região estudada se manifesta através de um recorte racializado de políticas de branqueamento ao longo das décadas, sob intervenções urbanísticas que impactaram a área; Por fim, (iii) a terceira apresenta estudos de caso que exemplificam as reações e resistências inscritas no território, evidenciando práticas que desafiam a supressão material e simbólica das territorialidades negras. Para exemplificar, são demonstrados os objetos de estudo das Irmandades Negras – reminiscências do período da escravidão – e das toponímias, nomeações que são signos de memória, vinculados à história e cultura afro-brasileira. Com essa abordagem, o artigo propõe novas leituras sobre a Pequena África, analisando o conjunto de pressões sociais e transformações urbanas que afetaram (e ainda afetam) a preservação de sua identidade cultural do território. Além disso, o estudo de caso específico destes dois itens busca dar conta das diferentes temporalidades de “Pequena África”, e demonstra a associação passado-presente (e futuro) espacializados por objetos da memória histórica local.

A DIMENSÃO DA MEMÓRIA

De acordo com a reflexão do historiador João Carlos Tedesco (2011), a memória se configura como um elemento mediado no campo político, situada “no interior de um campo de batalha pela significação dos tempos, dos fatos e dos sujeitos que desejam se centralizar.” (TEDESCO, 2011 p. 19). Para ele, há um caráter político central como pano de fundo das questões que envolvem a memória, onde ela pode ser mobilizada como objeto de controle social, mas também como ferramenta de resistência, na construção de significados, influenciando contextos em geral. O autor argumenta que a memória é constantemente utilizada para legitimar o poder e moldar as narrativas históricas de acordo com os interesses de grupos dominantes. Assim sendo, ela está longe de ser um componente neutro, podendo ser marcada por disputas e instrumentalizações (TEDESCO, 2011. p. 16).

A seletividade da memória é um dos pontos centrais da análise de Tedesco, que destaca como o esquecimento deliberado é frequentemente utilizado como uma estratégia de poder. Ele explica que “a utilização deliberada do esquecimento manifesta o caráter seletivo da lembrança” (TEDESCO, 2011 p. 17), evidenciando que lembrar e esquecer são atos intrinsecamente políticos. Essa seletividade reflete as relações de força dentro da sociedade, nas quais determinados eventos são apagados ou reinterpretados em benefício de certos grupos, que em suas palavras, “toda a estratégia de lembrar implica, reciprocamente, uma estratégia de esquecer” (TEDESCO, 2011 p. 23).

No âmbito das disputas simbólicas, Tedesco ressalta o campo de batalhas simbólicas, onde diferentes grupos sociais lutam por hegemonia. Para o sociólogo Michel Pollak, a memória – seletiva e ativa – funciona como um instrumento de coesão e resistência, que pode ser acionada por grupos marginalizados na manutenção de suas lembranças coletivas e na preservação de histórias vivas, em oposição ao discurso oficial. Isso faz frente à ação de grupos dominantes em favor do enquadramento, ou seja, da “memória enquadrada” (POLLAK, 1989 p.13) que legitima a ordem social. Diante disso, Pollak situa a memória como um ato político e social que negocia constantemente aquilo que é dito e o não-dito, contado e não contado, lembrado e esquecido.

Já o conceito de Pollak integra esfera coletiva e individual da memória, citando que ambas estão profundamente entrelaçadas e são inseparáveis das relações sociais. A memória coletiva, segundo ele, é “um trabalho de enquadramento”, onde grupos e instituições criam quadros de referência para reforçar identidades e fronteiras sociais. Isso envolve a seleção de quais eventos e narrativas são preservados e quais mantidos no esquecimento, um exercício que Pollak entende como politicamente carregado e frequentemente opressor (POLLAK, 1989. p. 12). Por outro lado, o autor destaca a importância das memórias subterrâneas – aquelas que não se enquadram nas narrativas oficiais e permanecem à margem. Essas memórias emergem em momentos de crise, desafiando as versões hegemônicas do passado. Ele argumenta que essas lembranças reprimidas são transmitidas em redes informais, como famílias e comunidades, e, mesmo no silêncio, mantêm-se vivas. “O silêncio sobre si próprio – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária para a manutenção da comunicação com o meio social” (POLLAK, 1989. p. 15).

Assim como para Tedesco, a memória também é um espaço de resistência, pois grupos marginalizados encontram maneiras de ressignificar experiências, preservando tradições e vivências fora da institucionalidade. Essas “memórias que se conservam, que driblam as tentativas de massificação” desafiam a linearidade da história oficial e subvertem as narrativas impostas (POLLAK, 1989. p. 19). O conceito de memória apresentado por Tedesco é complexo e multifacetado. Ele enfatiza que a memória é ativa na atribuição de significados quanto item de um campo de disputas, no qual se decidem quais narrativas terão visibilidade e quais serão relegadas ao esquecimento. Para o historiador a memória nunca é apenas um reflexo do passado, mas uma construção profundamente vinculada ao presente e suas intenções políticas. Ele aponta que o presente condiciona o passado, utilizando-o como matéria-prima para moldar

identidades e legitimar ações políticas no presente. Essa relação dialética entre memória, poder e resistência torna evidente a importância de questionar as narrativas impostas e valorizar as vozes que resistem ao apagamento (TEDESCO, 2011. p. 23).

Em consonância, Pollak explora como o silêncio e o esquecimento são integrados à constituição da memória. Ele reconhece que o silêncio pode ser tanto uma forma de proteção quanto uma imposição, dependendo das circunstâncias. Para as vítimas de traumas históricos, como os sobreviventes dos campos de concentração, o silêncio frequentemente reflete a dificuldade de encontrar uma audiência capaz de ouvir e compreender. "O silêncio, além da acomodação ao meio social, pode representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo fosse integrada em uma forma qualquer de 'memória enquadrada'" (POLLAK, 1989. p. 15). O nexo entre memória e esquecimento, para Tedesco não é apenas uma questão de seleção, mas um processo ativo de disputas políticas e culturais. Como enfatiza Tedesco, "a memória pode colonizar o passado, mas também pode ser subvertida por aqueles que a mantêm viva fora das estruturas de poder" (TEDESCO, 2011. p. 23).

A partir da contribuição de Pierre Nora, enquanto a história busca reconstruir de modo imperfeito aquilo que não existe mais, a memória é carregada por grupos vivos – emergindo do grupo que a conforma – sendo elemento múltiplo, coletivo, plural mas também individualizado, em constante evolução, aberto à dialética da lembrança e do esquecimento, e portanto, vulnerável à manipulações e revitalizações. Conforme ele, ela é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. (NORA, 1993. p. 9).

Porém, nessa linha de manter as marcas do passado vivas, surgem os lugares de memória, aqueles que “...são, antes de mais nada, restos. [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade.” (NORA, 1993. p. 12). Essa perspectiva é defendida por Pierre Nora, que cria a noção de “lugares de memória” para explorar os aspectos espacializados da lembrança. Assim, sua aceção vai envolver três aspectos: lugares de memória são lugares de ordem material, portanto onde a memória coletiva se inscreve e é apreendida sensorialmente; são lugares de ordem funcional pois assumem a função de criar bases para que as memórias sociais se alicercem; e, sobretudo, são lugares simbólicos a memória coletiva que conforma a identidade grupal encontra sua espacialização para se expressar. Na ideia de que a cultura se localiza entre o respeito ao passado e o sentimento de pertencimento do grupo, deve existir uma intenção coletiva de preservação, uma “vontade de memória”. Dessa forma, lugares de memória são táticas contra o esquecimento coletivo, já que correspondem à intenção da coletividade em presentificar a memória, deposita por um grupo em determinado local. Não sendo assim, o espaço torna-se residente da história, ou seja, do passado. “É a memória que dita e a história escreve”. (NORA, 1993. p. 24)

Pollak relembra a análise de Maurice Halbwachs e comenta a importância dos lugares de memória de Nora diante do conjunto de diversos elementos que são pontos de referência para a estruturação da memória individualizada, bem como para a inserção desta na coletividade a qual somos pertencentes. Pensá-los sob tal ótica nos auxilia na reflexão de que podem ser espacialmente “varridos” (intencionalmente, por vezes), ao passo que o espaço urbano sofre transformações em seu tecido, sendo esses lugares podem ser ameaçados em seu papel de presentificação da memória. Se para Tedesco a memória é elemento inserido no campo político, onde a batalha ocorre pela significação não só de tempos, como de fatos e de sujeitos e, tendo em vista que os lugares de memória são taticamente posicionados na manutenção e preservação da memória coletiva, pode-se dizer que ela é alvo de disputa. A depender de interesses, alguns grupos vão atuar em favor dela, outros vão agir em prol do esquecimento, ato que é citado por Pollak como traço integrado à constituição da memória e que pode ser imposto por aqueles que “colonizam” passados.

É, portanto, com base nesse acúmulo de reflexão sobre dimensão da memória, que destacamos como o quadro de transformações e intervenções urbanísticas se situam neste debate, tendo em vista que determinadas memórias não são esquecidas e sim, apagadas. A partir do contexto carioca e do recorte espacial da Pequena África – suporte territorial de identidade marcado não apenas pela presença física negra – a ideia é propor uma reflexão sobre como construções de memória-identidade ligadas aos grupos dominantes de representação branco-europeia apagam as memórias, a história e a cultura afro-brasileiras. Aqui, os fenômenos de segregação socioespacial, de gentrificação e branqueamento são apontados como parte de um quadro de disputa, pelo lugar, pela história contada e por políticas de memória negra. Observaremos isso a seguir, ao analisarmos dois momentos importantes que mesclam a questão aqui apresentada: a relação da memória com o apagamento, e a articulação junto ao conceito de branqueamento em múltiplas vertentes.

PROJETO POLÍTICO RACIALIZADO: APAGAMENTO E BRANQUEAMENTO

Tedesco afirma que a legitimidade do poder se constrói a partir da construção de fatos históricos que se dão em diferentes temporalidades e contextos, na mobilização de um conjunto de bens simbólicos. Aqui, a memória social coletiva é um elemento político, que se posiciona em terreno favorável para sua manipulação, desvelando uma arena de disputa pelo que se “quer lembrar” e o que se “quer esquecer”. Nessa lógica, são elementos, grupos/sujeitos e lugares que “poderão ser esquecidos e atravessados por ideologias de classe, midiática das tradições até como expressão de homogeneidade cultural.” (TEDESCO, 2011. p. 37). O esquecimento sugere ações de apagamento simbólico, que atinge diretamente não apenas o campo da memória dos grupos subalternizados como também, invisibiliza sua história, tendo em vista a relação história-memória e o papel de “meio de memória” que a história assume e é sinalizado por Nora. Ao mesmo tempo, no espaço, a materialidade se imbrica com a dimensão material deste apagamento, que se dá através da supressão de representações culturais do grupo dominado pelo dominante, onde signos que identificam grafagens espaciais são apagados.

Com isto, é importante que seja feita uma reflexão sob a ótica racial, que neste trabalho destaca a realidade inscrita na Pequena África, e torna profícua a articulação da noção de branqueamento, como uma forma de apagamento simbólico, que encontra sua versão material inscrita sobre o espaço. Segundo Santos et. al. (2018) aparece:

“como a diretriz da biopolítica racial hegemônica, que se territorializa constituindo um conjunto de dispositivos de poder materializados em políticas como assentamentos, expulsões e deslocamentos de populações, na produção de representações e controle dos regimes de visibilização e das leituras sobre tais processos, imposição de formas culturais de comportamento e relação sociedade-natureza, entre outros.” (SANTOS, et. al., 2018. p. 470)

A emergência republicana pela remodelação também está relacionada a uma nova busca da imagem da capital federal frente aos problemas internacionais. Um projeto que para Sandra Pensavento (2002) denota duas visões: uma cidade sonhada versus uma cidade vivida. A cidade sonhada era vinculada a uma tentativa de europeização, mais precisamente a Paris (na cultural, estética e étnico-racial) por meio de mudanças arquitetônicas e da expulsão das populações não-brancas, de maioria negra. E a cidade vivida, que dialoga com aquilo que era a cidade real, ou seja, permeada por uma ambiência de sociabilidades, ofícios e cultura da população não-branca. Santos. et al (2018) evidencia que a narrativa da história territorial promove marcos temporais sob as lentes hegemônica e branca. Nas reformas do prefeito Pereira Passos (1902-1906) não foi diferente, já que as políticas públicas eram alicerçadas sob o ideal de modernidade e lançavam mão de práticas “branqueadoras” em muitos níveis. Assim, ele menciona que:

A política de branqueamento da população envolveu desde as políticas de importação de imigrantes até o extermínio, expulsão e/ou assimilação subalternizante dos grupos não-brancos no território (negros e indígenas), incluindo a própria miscigenação e a invisibilização e desqualificação de matrizes históricas e culturais destes grupos. Assim, o projeto de branqueamento teve, segundo esta leitura, uma pluralidade de dimensões espaciais (SANTOS, 2018. p.469)

Essa pluralidade de dimensões espaciais explica o conceito de branqueamento do território, evento urbano que parte de três vertentes urbanas; a primeira, o branqueamento da ocupação, com a substituição da população não-branco (negra e indígena) por um perfil populacional brancos em porções do território, quadro impulsionado pela gentrificação de determinadas áreas e, sobretudo, por remoções; a segunda define o branqueamento da imagem, com narrativas históricas iniciadas a partir da chegada dos brancos, ou seja, eliminando a presença pretérita de grupos enquanto protagonistas de processos históricos, e reforçando um imaginário espacial branco-europeu; a terceira trata do branqueamento da cultura, aquele que sugere a imposição de matrizes e símbolos culturais identificadores e formadores de territórios, lugares e regiões.

Ao início do século XX, é engradada uma sucessão de reformas urbanas operadas por Pereira Passos (1902-1906), como a abertura da Avenida Central, alargamento de diversas vias locais, e o aterro de boa parte da faixa de mar do antigo Porto. Com isto, as remoções foram sendo realizadas, como o “bota-abaixo” e o caso do cortiço Cabeça de Porco, depois as derrubadas dos morros de Santo Antônio (1901, 1910 e 1916) e Castelo (1921-1922), por exemplo, bem como a abertura da Avenida Presidente Vargas (1930-1944).

Os acontecimentos ilustraram o branqueamento da ocupação, em que práticas higienistas retiraram as populações negras do território (que nesse momento já era performatizado como Pequena África), precisando se rearranjar ali. A premissa discursiva era sanitaria e estética, num objetivo de modernização “afrancesada”, somada ao incentivo da vinda de imigrantes europeus para ocupar a região. Se no passado essa era a tônica, no tempo presente as remodelações urbanas e urbanísticas vão dialogar com práticas neoliberais de planejamento, espelhadas em casos de cidades como Barcelona, Buenos Aires, etc. Aqui, começa a se abrir espaço para a ação de uma coalizão de agentes hegemônicos envolvidos em interesses do capital financeiro e imobiliário, que sob a implantação de grandes projetos urbanos vão defender a lógica mercadológica de cidade.

Como caso mais emblemático está a chegada do Projeto Porto Maravilha em 2009, projeto baseado na parceria público-privada em prol da renovação urbana da antiga zona portuária, que logrou novos padrões arquitetônicos e urbanísticos, novos usos e ocupações e transformando a região ao que Santos vai chamar de “waterfront” modernizado. Essa intervenção materializa mais uma vez o branqueamento da composição populacional do/no território, agora diante de um contexto de “cidade olímpica” que viria a ser sede de megaeventos esportivos. Renovação, requalificação, revitalização e outros sinônimos vão ser acionados para legitimar uma série de remodelações na região, que de acordo com os números oficiais, contavam com um aumento de aproximadamente 100 mil habitantes (SANTOS, 2009. p. 64). Assim se substituíram as populações pobres (e não-brancas) por uma classe média elitizada (branca), a partir de uma nova onda de remoções ou ameaça de remoções, como as que ocorreram no Morro da Providência, e nos exemplos das ocupações urbanas Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras, Carlos Marighella, Flor do Asfalto, Casarão Azul e outras nas proximidades.

Outrossim, o conceito de branqueamento da imagem do território analisa narrativas hegemônicas do espaço, que no caso da Pequena África, reforçam o imaginário branco-europeu da cidade, apagando ou ocultando a presença negra (estigmatizada). Isto vem sendo representado pela forma como os megaprojetos urbanos, a exemplo do supracitado “Projeto

Porto Maravilha” (2009) e o atual Projeto Reviver Centro” (2021), são propagandeados, como solução para uma área vista como degradada e abandonada. Eles partem de representações simbólicas do futuro pensado para a Zona Portuária, se valendo da criação de novos empreendimentos imobiliários que impõe padrões arquitetônicos distintos às preexistências locais, junto à novos espaços culturais e de lazer e outros equipamentos urbanos. Nessa “ficção” do novo Porto, elementos preexistentes da paisagem são apagados, o que denota o “exercício de ficcionar futuros embranquecidos para as cidades”, onde a cultura é um elemento central na gestão de um planejamento urbano estratégico que disputa a significação da Zona Portuária do Rio. (SILVA, 2021).

Já o conceito de branqueamento da cultura, que pode ser relacionado à imposição de símbolos e matrizes culturais hegemônicas, se inscreve na região sob a forma da supressão de tradições e signos vinculadas a história e cultura negra, como a questão dos topônimos apagados do tecido urbano. Um exemplo ilustrativo é o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, localizado na região da Pequena África. Em 1843, o local passou a ser chamado de Cais da Imperatriz, pois foi destinado a receber a princesa napolitana Teresa Cristina de Bourbon, futura esposa de Dom Pedro II. O cais, originalmente um ponto de desembarque de africanos escravizados, foi alvo de obras que visavam a renovação da área. Essas intervenções incluíram o aterramento do local e a instalação de um novo calçamento em pedras, que cobriu a pavimentação original em pé-de-moleque, apagando temporariamente um dos mais importantes lugares de memória da cidade.

Posteriormente também foi chamado Cais da Saúde (1889), mas teve sua nomeação original “Cais do Valongo” recuperada após as escavações da redescoberta em 2011. A rua paralela ao local, de nome “Rua do Valongo”, também sofreu modificação e passou a ser denominada “Rua da Imperatriz” até 1908, após esse período passou a se chamar “Rua Camerino”, sem ter sua designação original recuperada. Através da supressão do signo toponímico, logrou-se a tentativa de apagar um fragmento da memória da escravidão no país, ao impor outra significação para a localidade que foi um dos principais receptáculos de africanos submetidos ao tráfico atlântico. Na tentativa de “fazer esquecer” da memória coletiva, reside também a busca por “branquear” a cultura, na substituição de uma “toponímia negra”, ou seja, que remete ao passado de luta e presença negra local, para uma designação alusiva a uma figura branco-europeia vinculada ao Segundo Império.

Assim, o estudo espacializado sobre branqueamento, seja pelo Estado ou grupos hegemônicos, tem fundamental importância para reivindicar as territorialidades que foram protagonistas na formação socioterritorial do Brasil. Além disso, é fundamental evidenciar o debate sobre espaços em que a presença negra física e cultural é positivada, construída por redes de sociabilidades e aquilombamentos, bem como de resistência/r-existência de grupos e sujeitos que fazem frente ao ataque de espaços historicamente “enegrecidos”.

ITENS DE MEMÓRIA, ONTEM E HOJE

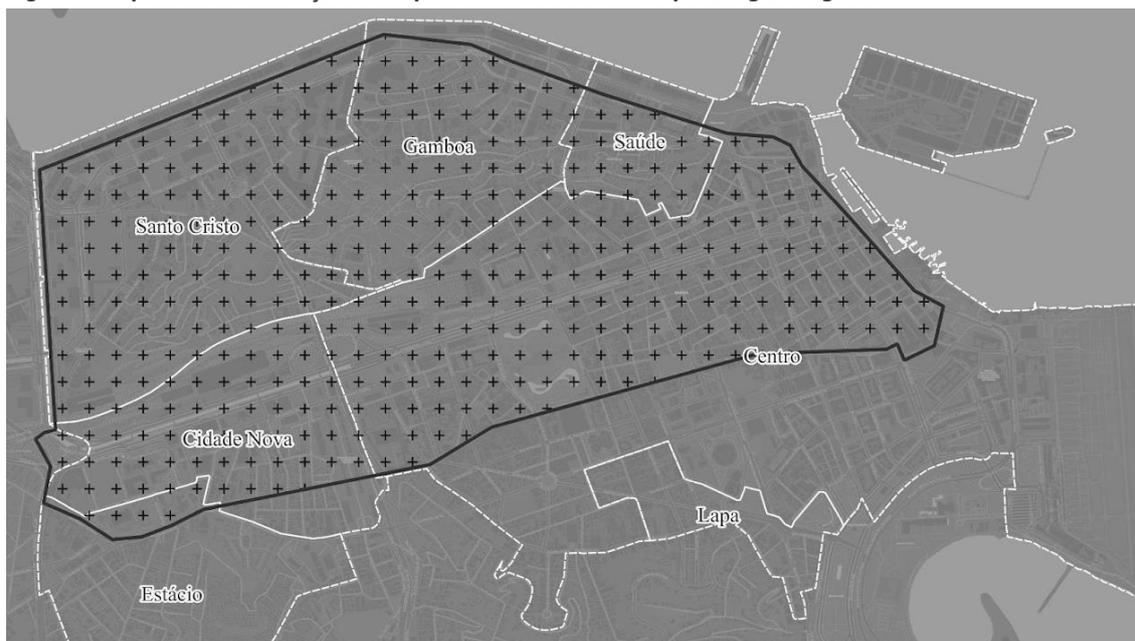
Como já mencionado, a “Pequena África” – localizada entre a Zona Portuária, Cidade Nova (Praça Onze), o bairro do Estácio, Morro da Providência, a região do Campo de Santana e outras partes do Centro da Cidade (Figura 1) – representa suporte territorial de identidade da população afro-brasileira carioca, palco de lugares de memória negra. Esse espaço é marcado pela resistência cultural desta população, que, ao longo das décadas, enfrentou (e ainda enfrenta) pressões de apagamento e estigmatização no espaço urbano, principalmente por meio de políticas de branqueamento e reconfigurações urbanísticas.

A partir de uma série de ações de grupos ligados ao movimentos negros e do reconhecimento estatal por meio de marcos temporais, como o tombamento da Pedra do Sal (1987), o encontro

dos vestígios do Cemitério Pretos Novos (1996), a redescoberta do Cais do Valongo (2011) e posterior eleição de Patrimônio Mundial pela UNESCO, além da criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (2017) e do Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África (2018), foram conquistados avanços para a valorização do patrimônio cultural negro na região, que ganha ainda mais força na contemporaneidade. No entanto, como destaca Santos (SANTOS. 2019), a luta pela preservação da memória da Pequena África é contínua, marcada pelos desafios impostos pelas intervenções urbanas e pela necessidade de expandir o território como palco de lugares de memória presentificada, ou seja, em diálogo com formas de reconhecimento no presente mobilizadas pelos grupos sociais em ações judicializadas.

São muitas as formas de atuação dos movimentos negros (ou do Movimento Negro) que, nesse sentido, vão desde a patrimonialização/musealização de bens em diferentes agências à disputa judicializada por nomeações, junto à preservação de manifestações culturais e religiosas e outras iniciativas locais. Nesta seção, é proposto o estudo das irmandades negras, que são reminiscências do passado negro, bem como dos topônimos vinculados à história e cultura afro-brasileira, signos em disputa que percorrem as transformações urbanas no espaço e no tempo. Este estudo é importante para o exercício de uma leitura dialética dos signos e significantes da Pequena África, num objetivo de valorizar o passado sem cristalizá-lo, o presente e o futuro da região.

Figura 1: Mapa com a delimitação da Pequena África e os bairros que a região engloba



Fonte: BaseMap Carto (QGIS) - Elaborado por Helissan Cavalcante

IRMANDADES NEGRAS: REPERTÓRIO DE AÇÃO E SIGNIFICADOS

Nas cidades negras, como o Rio de Janeiro, desenvolveu-se uma complexa rede de socialização e sobrevivência que oferecia alternativas concretas à vida nas senzalas. Esses espaços urbanos não só abrigavam uma população negra significativa, mas também funcionavam como locais de resistência e construção de identidades coletivas (VER. GOMES, 2006). Como é o caso das irmandades religiosas no Rio de Janeiro destinadas a pretos e pardos, essas associações desempenharam funções amplas e variadas, desde a assistência mútua e práticas devocionais até o controle social e a construção de espaços urbanos (FRIDMAN; MACEDO, 2013, p. 1-2). tendo em vista que, o processo de colonização portuguesa no Brasil foi marcado pela estreita

relação entre Estado e Igreja Católica, que influenciou profundamente as dinâmicas políticas, sociais e institucionais do período. Essa aliança tinha como objetivo tanto o enriquecimento quanto a propagação da fé cristã. A Igreja acumulou vastas propriedades e seus direitos muitas vezes se confundiam com os da Coroa, consolidando-se como um instrumento de controle social e status, onde ser cristão significava obediência ao Estado (SOUZA, 2007. p.109). Assim, pertencer traz à tona as complexidades na qual transcenderam o controle imposto e tornaram-se instrumentos de resistência e negociação. Além de fornecerem suporte espiritual, financeiro e jurídico, elas ofereciam espaços para sepultamentos dignos, festas religiosas marcadas por elementos culturais africanos e redes de sociabilidade que permitiam articulações entre negros de diferentes etnias e condições sociais (FRIDMAN; MACEDO, 2013, p. 14-15).

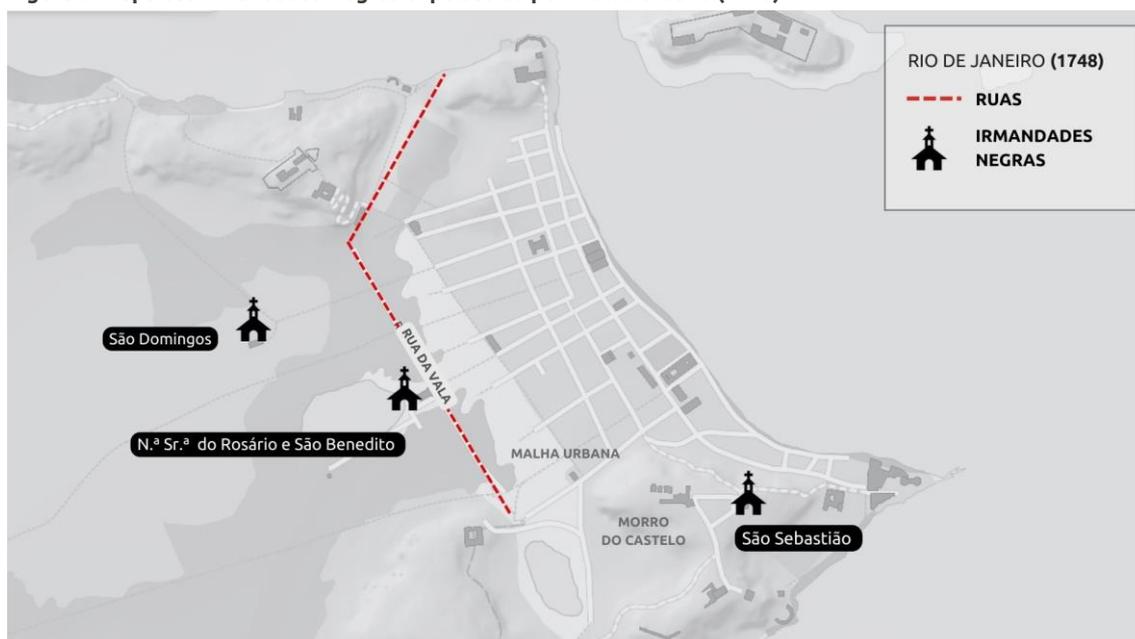
Para a historiadora Mariza Soares, analisar as irmandades negras fazem parte de compreender as hierarquias sociais que se constrói no mundo escravista, visto que haviam determinados grupos e irmandades destinadas como é o caso de São José que era compostos por membros da elite, já os pretos e pardos estavam presentes nas devoções de Nossa Senhora do Rosário entre outros (SOARES. 200. p.136). Desta forma, sua organização seguia critérios que reproduziam as hierarquias existentes essa segmentação reforçava as desigualdades raciais, mesmo no âmbito religioso, e evidenciava como as dinâmicas de exclusão e separação estavam integradas ao tecido social e urbano da época, para Soares há a construção de estratégias e alianças na união em irmandades.

O historiador João José Reis ainda acrescenta que as irmandades negras se tornando instrumentos de solidariedade e preservação cultural para negros escravizados, libertos e livres. Por meio de práticas como assembleias, eleições, festas e funerais, as irmandades possibilitaram a construção de identidades sociais significativas, funcionando como "famílias rituais" que ofereciam suporte mútuo em um contexto de extrema opressão (REIS, 1996, p. 4). Para Reis há uma microestrutura de resistência que revela uma dimensão complexa da resistência negra no Brasil. Elas refletiam tanto as tensões quanto as alianças que permeavam a sociedade escravista, mostrando como, mesmo em um contexto de extrema opressão, os negros escravizados e livres conseguiram criar espaços de autonomia e identidade, fundamentais para sua sobrevivência e para a preservação de suas culturas (REIS, 1996, p. 18).

Dentre as funções exercidas devoções aos santos, realização de folias, alforrias, sepultamentos dignos aos seus membros e além disso, no espaço urbano, as irmandades também influenciaram a formação da cidade. Seus templos, localizados em áreas específicas, estruturaram territórios e contribuíram para a toponímia carioca (FRIDMAN; MACEDO, 2013, p. 19). Não se pode deixar de salientar a multiplicidade dos festejos realizados pelas irmandades, principalmente as de pretos. As folias tinham como ponto central o dia de cada santo padroeiro, eleições de cargos de Reis, Rainhas, Imperadores e Imperatrizes negros, esses cargos detinham grande prestígio não apenas nos festejos como também respeitados e hierarquizados na sociedade. As procissões e festas rituais que transformavam a memória em força cultural viva, embora nunca esquecessem de anunciar que tudo faziam "para maior grandeza e aplauso" dos santos de devoção." (REIS, 1996. p. 15)

As primeiras igrejas de irmandades negras no Rio de Janeiro, foram a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em 1700 e São Domingos em 1706 que receberam seus próprios territórios após serem afastadas da Igreja Matriz, a Igreja de São Sebastião. Essa Igreja Matriz estava localizada no Morro do Castelo, um dos locais centrais para a formação dos primeiros perímetros urbanos da cidade. (SOARES, 200. p.137). O interessante salientar que as duas estão localizadas distantes da Matriz, a primeira na saída da cidade e a segunda extramuros o que nos dá indícios do afastamento do corpo negro no perímetro urbano no início do século XVIII, como observaremos na figura 2 a seguir:

Figura 2: Mapa das Irmandades Negras expulsas do perímetro urbano (1748)



Fonte: BaseMap ImagineRio - Elaborado por Helissan Cavalcante e Ana Luiza Fernandes

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, instalada na rua da vala (nos limites da cidade), atual rua Uruguaiana, destacou-se por sua participação no movimento abolicionista no Rio de Janeiro, especialmente na segunda metade do século XIX. A mesma já sediou o Senado da Câmara, conflitos com o Cabido da Catedral, breve instalação da Catedral Sé, recebeu diversas comemorações como o dia do Fico, no pós-abolição a irmandade manteve em atividade (BARBOSA, 2020). A relevância histórica e arquitetônica da igreja vinculada à Irmandade foi reconhecida pelo IPHAN, que iniciou o processo de tombamento em 1938, concluído em 7 de abril do mesmo ano. Além disso, o local abriga o Museu do Negro, que revisita a história da igreja e da população negra. Apesar de um incêndio na década de 1960 ter destruído grande parte de seu acervo documental, o museu permanece como um importante espaço de resistência e preservação cultural até os dias de hoje. (SOUZA, 2019. p.162)

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito também serviu como abrigo para diversas devoções e irmandades que não possuíam sedes próprias, como a Irmandade de Nossa Senhora da Lampadosa, que esteve ali em 1747. Segundo o estudo, ela se destacou como um lócus de sociabilidade, construção de identidades e resistência cultural. A partir de festas como a Coroação de Reis Negros, a irmandade não apenas preservava tradições africanas, mas também ressignificava essas práticas no contexto do catolicismo imposto. (FERREIRA, 2021. p.368), pelas trocas exercidas entre as duas irmandades, Lampadosa e do Rosário, se destacavam por sua musicalidade e ostentação, funcionando como momentos de expressão de liberdade e afirmação identitária (FRIDMAN; MACEDO, 2013, p. 15-16). Em 1770 recebe um terreno próximo ao Largo do Rossio, atual Praça Tiradentes, mas especificamente na Avenida Passos, a irmandade refletia a pluralidade das "nações" africanas no Brasil, mas foi erguido pela união dos Minas diversos sob uma identidade comum e promovendo práticas culturais que fortaleciam os laços sociais. Essas festividades, embora vistas como "válvulas de escape" por autoridades, tinham profundo simbolismo de poder e conexão ancestral. A coroação de reis e rainhas exemplifica esse dinamismo, reinterpretao o conceito de liderança sob novas regras adaptadas à diáspora como a coroação do Rei Baltazar, na qual, durante os festejos, "eram eleitos imperador e imperatriz negros que recebiam dignidade de soberano" (SANTOS, 1990. p.21).

A Irmandade de São Domingos recebeu sua sede fora dos limites do que era considerado cidade no início do século XVIII, no Campo da Cidade. Após a instalação da irmandade, o território passou a ser conhecido como Campo de São Domingos/Largo de São Domingos (SOARES, 2000. p.132). A irmandade tornou-se um espaço de acolhimento para pretos escravizados, crioulos e libertos, articulando devoções como a do Menino Jesus, introduzida por pretos-minas, a irmandades de Sant’Ana, irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (em sua maioria africanos forros). Além de sua função religiosa, a irmandade teve grande relevância no cuidado com os mortos, especialmente em um contexto de alta mortalidade da população escravizada e negligência por parte dos senhores (SOARES, 2000. p. 154). O cemitério em frente à igreja, conhecido como Cemitério dos Mulatos, garantiu um espaço digno para os sepultamentos de seus membros e da população negra da cidade. Contudo, conflitos pela posse do terreno levaram à extinção do cemitério em 1820, quando a irmandade foi obrigada a transferir os sepultamentos para outro local fora dos limites urbanos (RODRIGUES, 2012). A Irmandade de São Domingos reflete as complexas hierarquias raciais e sociais do Rio de Janeiro no Antigo Regime. Enquanto sua localização periférica simbolizava o deslocamento da população negra, suas práticas e organizações internas demonstravam uma capacidade de resistência e de reivindicação de espaços próprios. Assim, o Largo e a Igreja de São Domingos adquiriram dinamismo e relevância na dinâmica urbana da cidade, permanecendo como referências até 1942, quando foram demolidos para a abertura da Avenida Presidente Vargas. A igreja foi relocada para um terreno na Tijuca, mas sua nova localização não mais refletia o caráter racial e social que originalmente definia a irmandade.

A Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, como já citada, ficou abrigada na Igreja de São Domingos, a irmandade recebeu, em 1745, um terreno no Campo de São Domingos para a construção de sua própria igreja, inaugurada em 1754 (OLIVEIRA, 2006. p 67). A trajetória da irmandade revela intensos conflitos internos pelo controle de recursos, reformulações de seu compromisso e práticas culturais que refletiam as identidades étnicas de seus membros, especialmente os pretos minas, entre outras nações africanas (OLIVEIRA, 2006. p. 73). Embora incluísse escravizados, a irmandade não se responsabilizava por sua alforria, priorizando os africanos libertos, que detinham cargos de liderança e tomavam as principais decisões. O caráter inclusivo da irmandade variava, mas com restrições que excluía determinados grupos, como angolanos e crioulos, reforçando suas dinâmicas étnicas e sociais de estruturas da Costa da Mina e pretos forros. Além disso, práticas culturais como a criação de um “Estado de folia” ajudaram a mediar tensões e celebrar a devoção aos santos. (REIS, 1996. p.11)

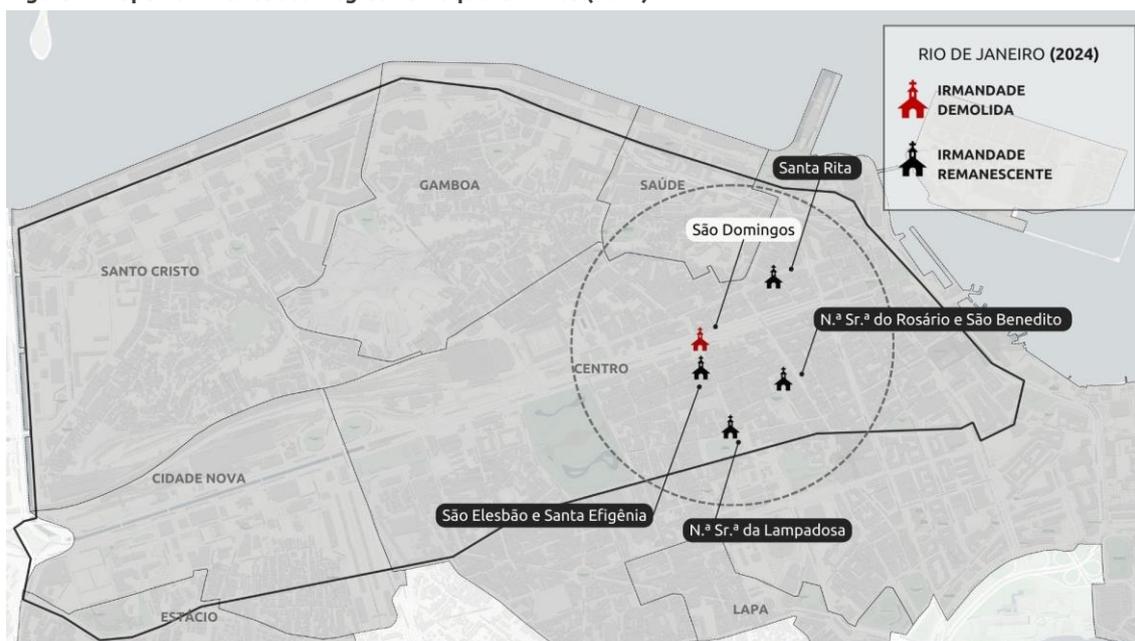
Figura 3: Mapa de Irmandades Negras (1812)



Fonte: BaseMap ImagineRio - Elaborado por Helissan Cavalcante e Ana Luiza Fernandes

A Igreja de Santa Rita foi erguida em meados do século XVIII, em 1722, e com a sua instalação, o Largo passou a ser conhecido pelo seu nome. Santa Rita se destaca na organização funerária dos escravizados pela administração do *Cemitério de Santa Rita*, com o objetivo de responder à negligência com os corpos de cativos, frequentemente despejados em locais públicos ou praias. (GASPAR, 2022. p.82) A criação do cemitério foi impulsionada pelo aumento demográfico e pela chegada maciça de escravizados ao porto carioca. A alta mortalidade associada às condições precárias de vida dos cativos sobrecarregava os cemitérios das irmandades e da Misericórdia, levando à necessidade de um espaço exclusivo até 1769 (GASPAR, 2022. p.83). Pesquisas arqueológicas recentes, realizadas no Largo e em suas proximidades, confirmaram a existência do antigo cemitério dentro de limites precisos, baseando-se em análises estratigráficas e na identificação de fragmentos humanos. O trabalho arqueológico também foi pautado pelo diálogo com os Movimentos Negros, como a Comissão Pequena África, que contribuiu para a proteção dos sepultamentos ancestrais e reforçou a importância de tratar a herança africana na história da cidade (SALES, 2021. p.62).

Figura 4: Mapa de Irmandades Negras na Pequena África (2024)



Fonte: BaseMap Carto (QGIS) - Elaborado por Helissan Cavalcante e Ana Luiza Fernandes

As irmandades mencionadas no mapa integram repertórios de resistência e memória de escravizados, libertos e livres, refletindo as complexas hierarquias étnicas que operavam dentro da lógica escravista. Por meio das manifestações culturais, festivas, religiosas e comunitárias, consolidaram-se como loci de negociação e reivindicação em uma sociedade marcada pela exclusão e pela desigualdade. Essas instituições tiveram grande atuação entre os séculos XVI e XIX, desempenhando um papel protagonista na estruturação da ordem social e religiosa. Contudo, a partir do século XIX, com as mudanças políticas, econômicas e sociais, como o declínio da escravidão e o avanço da secularização, essas organizações perderam parte de seu poder político e econômico.

Na contemporaneidade, essas irmandades podem ser lidas como parte dos repertórios históricos e simbólicos da Pequena África, região que concentra significativos marcos da presença negra no Rio de Janeiro. Além disso, assumem novas dimensões, sendo acionadas como signos das estratégias históricas de resistência de grupos étnicos. Elas evocam o protagonismo dos indivíduos que as construíram e resgatam narrativas de organização, memória e enfrentamento às imposições escravistas e pós-escravistas. Dessa forma, tornam-se não apenas marcos históricos e culturais, mas também referências vivas de identidade e luta por reconhecimento na história urbana do Rio de Janeiro.

TOPONÍMIAS E NOMEAÇÕES DA HISTÓRIA E CULTURA NEGRA

A toponímia, palavra de origem grega que significa *topos* “lugar” e *onoma* “nome”, é uma vertente da Onomástica que estuda os nomes próprios dos lugares geográficos, como parte do campo da Linguística em seus estudos etimológicos. É nesse contexto que uma das maiores linguistas brasileiras referência em pesquisas toponímicas, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, desenvolveu um modelo de ficha lexicográfica que abriga um dicionário de topônimos, com categorizações em taxas de topônimos, sejam eles de caráter físico, cultural ou humano. Contudo, não há uma leitura politizada desse estudo, que não explora uma abordagem atrelada às relações de poder e aos interesses de grupos distintos, tendo em vista que sua investigação se torna importante para a compreensão sobre história e formação dos territórios, bem como do

conjunto de narrativas reveladas pelo “ato de nomear”, vinculadas ao sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, bem como de relações de dominação, conforme Bourdieu. Assim, sabe-se da “(...) importância do ato de nomear como um processo ligado a causas motivacionais que estabelecem um vínculo de identidade entre o designativo escolhido, o lugar nomeado e o povo que nele habita...” (CORRÊA, 2007).

Nesse sentido, para o caso do território brasileiro, são as toponímias não-brancas (negras e indígenas) que se situam como marcas históricas apagadas, fruto de narrativas espaciais “branqueadas”. No recorte da Pequena África, esses designativos são grafagens espaciais de ordem imaterial, que podem ser tomadas tanto como objeto cooptado por atores hegemônicos quanto como ferramenta de disputa acionada por atores sociais locais, para fazer frente ao branqueamento do território supracitado em suas dimensões urbanas. Seja pela imagem, com a sobreposição de narrativas branco-europeias sobre o lugar, seja pela cultura, com a imposição de matrizes culturais hegemônicas que apagam o protagonismo de grupos não-brancos da construção e formação do território.

Por outro lado, o repertório espacial de ação dos sujeitos e grupos sociais incluem a questão toponímica como uma forma de valorização na prática, por meio da judicialização da disputa por nomeações que recuperam os referenciais espaciais negros na região, num contexto amplo de reivindicações. Como exemplo disso, ao ano de 2018, com as escavações para a colocação dos trilhos do Veículo Leve sob Trilhos (VLT) na Zona Portuária, segundo Sales (2021) aborda, foram entidades vinculadas ao Movimento Negro atuaram em negociações junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para, inicialmente, reivindicar a não escavação da região, onde se encontra os vestígios do Cemitério Pretos Novos, e, depois, conforme a não conciliação quanto ao impasse da obra, pleitear que os nomes das paradas/estações fizessem alusão à história negra local. Assim, houve a renomeação das estações da Linha 3 do Veículo Leve sob Trilhos (VLT) de “Santa Rita” para Santa Rita/Pretos Novos em homenagem ao Cemitério Pretos Novos, “Camerino” para Camerino/Rosas Negras em homenagem às tias baianas, “Cristiano Ottoni” para Cristiano Ottoni/Pequena África para a alcunha da região e “Parada dos Navios” para Parada dos Navios/Valongo, estação próxima ao Cais do Valongo.

Isto contrapõe, em acordo com o mapeamento ilustrativo abaixo (Figura 5), os casos sistemáticos de sobreposições toponímicas de alguns logradouros como o próprio nome do Cais do Valongo sobreposto pelo “Cais da Imperatriz”, conforme supracitado, apesar de após a redescoberta do sítio arqueológico ter tido sua nomeação original resgatada; a antiga Rua Luís Gama no centro da cidade, hoje “Rua Pedro I” em homenagem ao abolicionista negro Luís Gonzaga Pinto da Gama; a chamada Rua do Cemitério que ao século XX fazia alusão à localidade do Cemitério Pretos Novos, na Gamboa, passou a se chamar “Rua Pedro Ernesto” e depois virou Rua da Harmonia em referência à Praça da Harmonia – esta, palco de resistência da Revolta da Vacina (1904) liderada Horácio José da Silva, o capoeirista e estivador Prata Preta, hoje nominada Praça Coronel Assunção, também na Gamboa. O fato é que “o apagamento de presenças e referenciais negros é, historicamente, uma diretriz reiterada pelas políticas públicas de transformação urbana na região” (SANTOS, 2021).

Figura 5: Mapa de topônimos negros modificados, resgatados ou criados da Pequena África



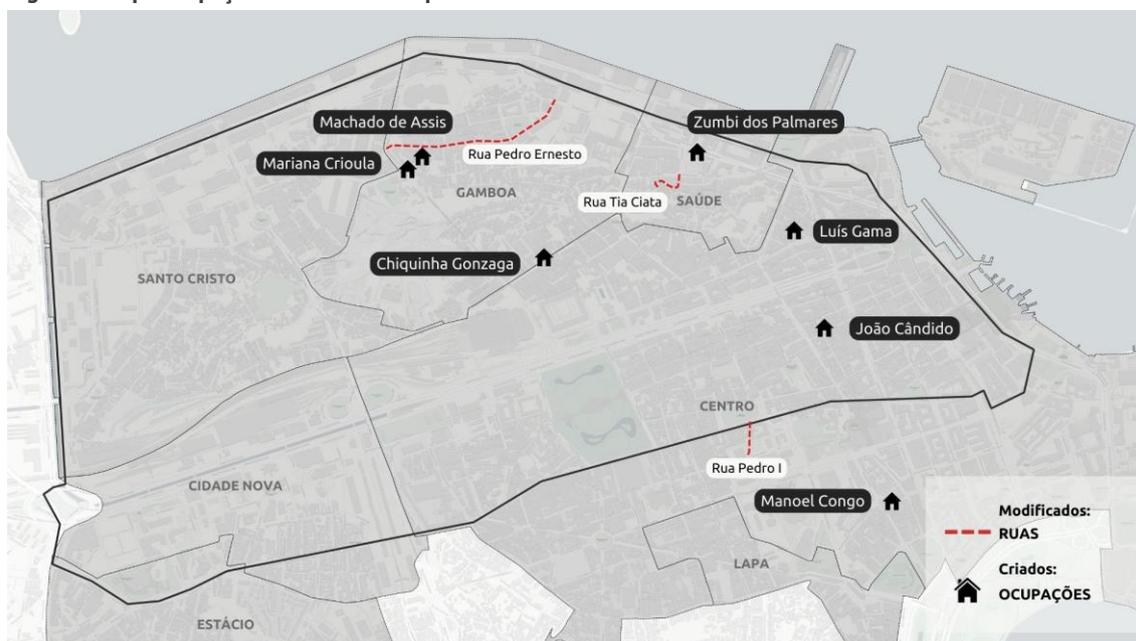
Fonte: BaseMap Carto (QGIS) - Elaborado por Helissan Cavalcante

Conforme demonstrado acima, em contraposição estão os topônimos que foram resgatados a partir das lutas do Movimento Negro, como o exemplo da antiga “Rua da Pedra do Sal” que se chamou “Rua Argemiro Bulcão” e agora foi reivindicada a nomeação para Rua Tia Ciata, devido ao Como parte desse bojo de atuação, em 2022 foram criados projetos de lei que justificaram a inscrição de nomes alusivos à história e cultura afro-brasileira na grafagem de logradouros da Pequena África, onde os topônimos se posicionaram como signos de memória e identidade. A vereadora Mãedata Thais Ferreira protocolou o PL 1.313/22¹ que deu nome uma praça antes inominada passou a se chamar “Praça Carmem do Xibuca” na Cidade Nova, onde ela trouxe a justificativa de que nomear a estação era uma forma de celebrar a importância das “tias baianas” para a história da região. Igualmente, sob a mesma autoria e por meio do PL 7.260/22² foi adicionada a nomeação em homenagem à tia baiana Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, à estação da Linha 1 do Veículo Leve sob Trilhos (VLT) “Cidade do Samba”, que passou a ser Cidade do Samba/Tia Ciata. Isto demonstra o que, de acordo com Santos (2021) “...o alargamento da memória negra em torno de resistências, criações, violências e sofrimentos, expande o passado negro e também suas espacialidades.”. O ato de “batismo” teve a presença de sambistas e da bisneta de Ciata de Oxum, Gracy Mary Moreira, bem como da equipe integrante da Casa de Tia Ciata mantida pela família da matriarca na região da Pequena África a partir de atividades culturais e formativas voltadas ao samba.

Do outro lado do debate, para dar conta da imbricação entre materialidade e imaterialidade dos signos de memória negra, se torna importante considerar que a análise da questão toponímica na região se expande ao estudo mais amplo da nomeação, englobando a motivação por trás dos nomes de outros objetos que compõe o repertório espacial negro de ação. O que se amplia é a própria toponímia, tendo em vista que a “toponimização” pode refletir não apenas os nomes de lugares geográficos da história negra como também objetos de estudo inseridos numa dimensão simbólica, onde se “articula linguagem, política territorial e identidade” (CORRÊA, 2007) como nos exemplos dos eventos urbanos de resistência descritos por movimentos sociais de luta por moradia (racializados) espacializados ali. Estes, em específico, são materializados pelo conjunto de ocupações urbanas localizadas no perímetro da Pequena África, surgidas em diferentes momentos, com nomes que possibilitam refletir a motivação de seu “batismo”, a saber: Ocupação Luís Gama, Manoel Congo, João Cândido, bem como Chiquinha Gonzaga, Machado

de Assis e Zumbi dos Palmares, dentre outras, são alguns dos exemplos, em conformidade com o apresentado abaixo (Figura 6):

Figura 6: Mapa ocupações urbanas da Pequena África



Fonte: BaseMap Carto (QGIS) - Elaborado por Helissan Cavalcante

Esses movimentos remetem às figuras históricas negras em seus nomes, assim como a contribuição de Bernardo Mançano (2004) indica “assentamentos brasileiros têm a marca histórica da resistência negra, na medida em que portam os nomes emblemáticos de heróis, heroínas e agrupamentos do povo negro brasileiro”. Isto dialoga com a participação da população negra na luta pela terra, povo que se reorganizou e ainda busca se reorganizar territorialmente, tendo em vista que a Pequena África se associa à presença histórica, ao fluxo e a permanência da população negra no passado e no presente da região. Assim é legítimo que moradores, organizadores e apoiadores destes movimentos sociais de luta por moradia carreguem motivações coletivas simbólicas para a construção que dialoga com a noção de “léxico espacial” (TEIXEIRA, 2009), onde optam por um “batismo” que remeta à personagens negros históricos ou à “sujeitos coletivos”, aqueles importantes para a organização da luta.

A partir daí a nomeação se torna signo de luta e “arma da memória” (NETTO, 2011) que costura os atos de resistência no presente com as lutas passadas, sob o território onde se dá o conflito em questão. Com isto, além de fazer frente à estigmatização do movimento na atribuição a uma prática de invasão, “trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço” (CLAVAL, 2007). Desse modo, se evidencia aquilo que é mencionado por Cláudia Alencar (2017) como uma “gramática de resistência”, em que os nomes das ocupações desvelam a carga semântica ligada à história de luta dos movimentos. Com efeito, o estudo da toponímia se expande para além da investigação da origem e do nome de lugares geográficos, lembrando o fato de que “a cidade não é apenas um conjunto de objetos, mas um conjunto de valores imateriais agregados a esses objetos, que resulta em valores consolidados no imaginário coletivo” (MARTINS, 2012), onde a nomeação é a ferramenta que reescreve a história, preserva a memória da luta, além de reafirmar a existência e a resistência dos grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação da Pequena África, suporte territorial de um conjunto de significantes da identidade negra, memória vai ser dado central acionado em ações de preservação, vinculados também à história e cultura afro-brasileira carioca, no passado, no presente e no futuro. O estudo de caso das Irmandades Negras, enquanto reminiscências que ressignificam a agência negra, e das toponímias e nomeações que evidenciam a presença e a cultura negra local, revela signos da memória gravados em logradouros e outras formas de apropriação do espaço. Esse enfoque permite aprofundar a compreensão sobre a lógica do apagamento simbólico-material, ao mesmo tempo que evidencia a dialética entre passado, presente e futuro. Essas territorialidades negras, vinculadas à Pequena África, são performatizadas em diferentes espacialidades e temporalidades, sendo valorizadas por grupos que não apenas preservam o passado afro-brasileiro, mas também trabalham para “presentificar” e fortalecer a memória negra no cotidiano, a exemplo dos lugares de memória. A leitura dos espaços urbanos com foco nestes dois itens, demonstram não só a marca da presença e da memória negra, como revelam um quadro sistemático de apagamento simbólico-matéria, aqui relacionado às vertentes urbanas que promovem o branqueamento do território, tal qual mencionado no artigo. Assim, “esquecer” e “apagar” são atos que tomam forma espacializada e racializada. As intervenções urbanísticas, ao removerem a presença negra tanto física quanto simbólica, privilegiam e perpetuam uma narrativa territorial centrada na perspectiva branco-europeia.

Nesse contexto, a memória emerge como um elemento de resistência e r-existência, em que os sujeitos e grupos subalternizados não apenas resistem às tentativas de apagamento como buscam maneiras de r-existir. No âmbito da noção de disputa de lugar, torna-se importante destacar que o conjunto de itens da memória, como as irmandades negras e toponímias locais, se conformam no tecido territorial pré-existente, junto à diversos grupos e sujeitos que constroem a Pequena África. O “agir” não é concebido como uma mera reação, e sim, ação efetiva que se relaciona à própria existência, como Porto-Gonçalves menciona: “[...] mais do que resistência, o que se tem é r-existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo preexiste e é a partir dessa existência que se r-existe. Existo, logo resisto. R-existo.”

Portanto, abordar dimensões históricas através do mapeamento destes itens em específico joga luz em narrativas outras, revelando camadas de revalorização na contribuição negra na área central do Rio de Janeiro, a Pequena África. Esse artigo tem por intuito contribuir em conjunto com os movimentos negros, sujeitos e grupos sociais locais e estudos que têm abordado a construção da memória das cidades e a ressignificação dos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio/Jorge Zahar, 1988.

ALENCAR, C. N. Gramática de resistência do movimento campesino: toponímia, agência e dor. In: ALENCAR, Claudiana; COSTA, Fátima; COSTA, Nelson. (Org.). **Discursos, Fronteiras e Hibridismos**. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2017.

BARBOSA, Diego Santos. **A cor da devoção: espaços e identidades na irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos no Rio de Janeiro XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel Editorial, 1989.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3.ed. Florianópolis: UFSC, 2007.
- CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. *In: Introdução à Geografia Cultural*. Orgs CORRÊA R. L. e ROSENDAHL Z. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; FONSECA, Dagoberto José da; SILVA, Anderson Antônio da; GIRALDI, Eduardo Paulon. A terra e os desterrados: o negro em movimento - um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. *In: Santos, Renato Emerson dos. (Org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais : o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- FERREIRA, Layla Silva. Dos muros às frestas: a Irmandade Nossa Senhora da Lampadosa como espaço étnico-cultural. **Revista Epígrafe**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 1, p. 360–382, 2021.
- FRIDMAN, F.; MACEDO, V. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo**: proposta de inscrição na lista do Patrimônio Mundial (coord. Milton Guran). Rio de Janeiro, 2016. 16/06/2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf
- KENT-STOLL, Peter. The racial and colonial dimensions of gentrification. **Sociology Compass**, 14(12), p. 1-17, 2020
- LAO-MONTES, Agustin. Metrópolis Negras de Benin a Río de Janeiro y de Harlem a La Habana: Modernidades Afroamericanas y Cosmopolitismos Subalternos. **Conferencia Magistral, Casa de las Americas**. La Habana, Cuba, Junio 2019.
- MARTINS, Anamaria de Aragão Costa. Ampliando as ações de preservação: um enfoque sobre os valores imateriais na constituição do patrimônio edificado das cidades. **ANPUR. Anais Eletrônicos...** Campinas, 2012.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. *In: Arantes, Antônio (Org.). "O espaço da diferença"*. Campinas: Papirus, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. **TOPOI**, v. 7, n. 12, jan.-jun, p. 60-115, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.
- REIS, João José. Identidade e Diversidade étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996.

RODRIGUES, Claudia; BRAVO, Milra Nascimento. Morte, Cemitérios e hierarquias no Brasil Escravista XVIII e XIX. **Habitus**. Goiânia, v. 10, n.1, p. 3-19, jul./dez. 2012.

SALES, Natália. **Em defesa da Pequena África**: estudo etnográfico sobre engajamento político pela memória de africanos e afrodescendentes no Rio de Janeiro/RJ. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SANTOS, Renato E. Pequena África: um território negro na área central do Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato E.; BARROS, Teresa G.; REIS, Desiree; ARAÚJO, Luis. (Org.). **Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 214-229, 2021.

SANTOS, Renato Emerson. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: Sánchez, Fernanda; Moreira, Paula Cardoso. (Org.). **Cartografias do conflito no Rio de Janeiro**. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

SANTOS, Renato Emerson; DA SILVA, Karoline Santos; RIBEIRO, Lisyane Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? **Seminário Indisciplinar**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

SILVA, Ana Luiza Silveira de Berredo; OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. Cemitério dos desvalidos do Rio de Janeiro antigo. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 69–90, 2022.

SILVA, Stéfany. Imaginários espaciais em disputa: representações no processo de significação da Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato E.; BARROS, Teresa G.; REIS, Desiree; ARAÚJO, Luis. (Org.). **Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 64-78, 2021.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Jessika Rezende. Entre a cruz e o terreiro: uma análise em torno da integração entre a religiosidade afro-brasileira e o Ensino de História no Museu do Negro do Rio de Janeiro. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 155 -189, set./dez. 2019.

SOUZA, Mauro Ferreira. **A igreja e o Estado**: uma análise da separação da igreja católica do Estado Brasileiro na constituição de 1891. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

TEDESCO, João Carlos. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. **Cadernos do CEOM**, Ano 25, n. 34 - Arquivos e Tecnologias Digitais, 2011.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. **O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto**: um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 37-57, 2009.

¹ PROJETO DE LEI Nº 1313/2022 que nomeia a praça Tia Carmem do Xibuca a praça inominada situada entre as ruas Benedito Hipólito e Carmo Neto, no bairro Cidade Nova. VER. <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/ab87ae0e15e7ddd0325863200569395/29f9286cedc295d70325885c005ed3d3?OpenDocument>

² LEI Nº 7.260, DE 17 DE MARÇO DE 2022 que nomeia Dá o nome de Estação Hilária Batista de Almeida - Tia Ciata (1854-1924) à estação Cidade do Samba do VLT. VER. <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/5f9bf440c7e16437032579640061d978/d75c7e992b59a52c0325880700708874?OpenDocument>